

# FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO SUDESTE DO PARÁ:

## DO EXTRATIVISMO VEGETAL AO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS

### Áthila Kzam

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano  
Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPA Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), campus Belém

### Resumo

Com base na categoria analítica da formação social e econômica elaborada por Santos (2005), o artigo apresenta a formação espacial do sudeste paraense; dialoga acerca da integração da Amazônia ao restante do território brasileiro, examina as motivações da implantação dos grandes projetos mineradores na Amazônia Oriental, notadamente o Programa Grande Carajás (PGC) e associa às mudanças políticas em sua área de influência direta. Conclui que as formas e conteúdos atuais da região estão associadas ao controle e uso diferenciado do território de acordo com eventos históricos multiescalares com influência direta em novos recortes territoriais locais.

**Palavras-chave:** Formação Social e Econômica; Grandes Projetos; Programa Grande Carajás.

## SOCIAL AND ECONOMIC EDUCATION OF THE SOUTHEAST OF PARÁ: FROM VEGETABLE EXTRACTIVISM TO THE GRANDE CARAJÁS PROGRAM

### Abstract

Based on the analytical category of social and economic formation developed by Santos (2005), the article presents the spatial formation of southeastern Pará; dialogues about the integration of the Brazilian territory, examines the motivations for the implementation of large mining projects in the Eastern Amazon, notably the Grande Carajás Program (PGC) and associates it with political changes in its area of direct influence. It concludes that the current forms and contents of the region are associated with the control and differentiated use of the territory according to multiscale historical events with direct influence on new local territorial cuts.

**Keywords:** Economic and Social Formation; Major Projects; Great Carajás Program.

<sup>i</sup> *Endereço institucional:*

Av. Alm. Barroso, 1155 - Marco,  
Belém - PA, 66093-020

*Endereço eletrônico:*

athila.kzam@ifpa.edu.br

## Introdução

A partir da segunda metade do século XX observa-se um conjunto de alterações econômicas e políticas no território amazônico que, em uma velocidade surpreendente, transformaram as relações sociais e, por conseguinte, os espaços urbanos, onde encontramos cerca de 70% do contingente demográfico da região. Dessa forma, em razão da intensidade e velocidade das transformações (fruto da modernidade, do reordenamento do território e da reestruturação urbana regional), têm sido um grande desafio acadêmico para geógrafos, arquitetos, urbanistas e demais interessados na compreensão do fenômeno urbano amazônico (MONTE-MÓR, 2004).

Com base nisso, é conveniente lembrar de Massey (2008, p.3), quando indica que “não há processo espacial sem conteúdo social”. Assim, como destaca a autora, existe uma íntima relação entre a dinâmica social e a espacial, uma vez que a produção espacial é resultado da ação humana. Proposição semelhante é indicada por Santos (2005) acerca da formação social e econômica como categoria analítica da geografia. Segundo o autor, o espaço não se constitui apenas como palco das ações humanas já que ele também é influenciador dessas ações a partir dos fatos já materializados historicamente.

Diante disso, ao analisar a formação social e econômica da Amazônia privilegiando o conteúdo espacial, Gonçalves (2001, p.79) aponta dois padrões de organização do espaço, “contraditórios entre si, e que estão subjacentes às diferentes paisagens atuais da região”. O primeiro, denominado de rio-várzea-floresta, embora não tenha desaparecido por completo, foi predominante até metade do século XX; enquanto o segundo, estrada-terra-firme-subsolo, tornou-se preponderante nas últimas décadas. Nessa transição, o espaço regional foi reestruturado, novos eixos de circulação estabelecidos e a matriz produtiva amazônica foi intensamente alterada com grandes repercussões espaciais e, conseqüentemente, na rede urbana.

Com base nessas perspectivas teóricas, observamos que os grandes projetos de mineração formam um capítulo importante das alterações urbanas regionais. Concordamos com Monteiro (2005, p.187) ao destacar que “incluem-se, seguramente, entre os mais expressivos elementos que contribuíram e contribuem para a efetivação

de significativas mudanças na Amazônia Oriental brasileira”. Portanto, o presente artigo apresenta uma breve exposição acerca da formação social e econômica do sudeste do estado do Pará; discorre sobre a integração do território brasileiro; analisa os fatores da implantação dos grandes projetos de mineração na Amazônia oriental, especialmente o Programa Grande Carajás (PGC); e, por fim, associa às mudanças políticas em sua área de influência direta.

### **Formação social e econômica do sudeste paraense**

O debate acerca da formação espacial do sudeste paraense passa, obrigatoriamente, pela compreensão da formação social e econômica enquanto categoria analítica da geografia, cujo trabalho de Santos (2005), enfatizando a relação entre o espaço e sociedade, é basilar. Segundo o autor (p.25), “cada sociedade veste a roupa de seu tempo”. Logo, a história produtiva também é a história da sucessão de formas construídas por meio da sequência de vários modos de produção. Pautado nesse entendimento, consideramos importante reconhecer a formação social e econômica do sudeste paraense para compreender suas formas e conteúdos atuais (SANTOS, 2005).

Ainda de acordo com Santos (2005), a formação social e econômica abarca uma dupla estrutura, produtiva e técnica, enunciadas em bases geográficas. Existe, dessa maneira, distintas formas técnicas e organizacionais do processo produtivo, que correspondem, por sua vez, a diferentes relações produtivas. Tomando esse pensamento ao sudeste paraense, caracterizado pela diversidade produtiva, as desigualdades são exibidas, com suas matizes e desígnios diferentes, porém, todas compõem uma parcela da coesão regional. Nesse sentido, a região expressa a dialética entre novas formas de produção (mineração e agronegócio) com as antigas formas, a exemplo do extrativismo vegetal.

Atualmente, o dinamismo gerado pelo agronegócio e a mineração, por exemplo, comandam uma estrutura produtiva regional que utiliza a materialidade territorial reprodutora da modernidade em escala mundial, capaz de articular a Amazônia aos mercados internacionais e, conseqüentemente, aos agentes do capital. Contudo, nem todos os grupos sociais são beneficiados por essa lógica. Malheiro

(2019) reforça que os aqueles que não atendem a esse apelo do capital, comumente composto por ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e índios, ou seja, grupos sociais que utilizam uma estrutura técnica menos densa, são os que mais sofrem com a ofensiva espoliadora sobre seus povos e recursos. Nessa perspectiva, consideramos importante compreender os eventos históricos mais significativos da dinâmica regional, uma vez são determinantes no entendimento das formas e conteúdos atuais.

### **Antigas estruturas técnicas e organizacionais**

De acordo com Tavares (2008), a gênese da formação social e econômica do sudeste paraense vincula-se a uma dupla estratégia da Coroa portuguesa: impedir a invasão estrangeira e catequizar os índios. Logo, as missões religiosas e os destacamentos militares (fortes) instalaram-se ao longo dos principais cursos fluviais da região como o Tocantins, Xingu e Araguaia. Concomitantemente, com a descoberta de minas auríferas no Brasil Central, Portugal proibiu a navegação nesses rios a fim de coibir o contrabando de ouro e a fuga de escravos (VELHO, 2009).

Ratificando esses pressupostos, Emmi (1999) destaca que inúmeras incursões foram realizadas ao sudeste paraense no século XVIII, onde ocorreu a fundação de núcleos que originaram municípios como Alcobaça, atual Tucuruí<sup>1</sup> e São João do Araguaia<sup>2</sup>, os dois núcleos urbanos mais antigos da região sudeste do estado do Pará. Contudo, os estudos de Emmi (1999) apontam que, a partir do final do século XIX, os movimentos incessantes de reprodução do capital em âmbito global repercutiram na inclusão da Amazônia na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como fornecedora de *commodities* e, conseqüentemente, impulsionaram a ocupação territorial do sudeste do Pará.

---

<sup>1</sup> O município de Tucuruí, localizado à margem esquerda do rio Tocantins, originou-se do povoado de Alcobaça, fundado em 1781. Em 1870, foi criada a Freguesia de São Pedro de Alcântara que, em 1875, passa a se chamar São Pedro de Alcobaça. Posteriormente, em 1943, tem seu nome alterado para Tucuruí (TAVARES, 2008).

<sup>2</sup> São João do Araguaia surgiu em função de uma base militar instalada em 1797. Foi elevado à categoria de vila em 1908. Em 1913, perde parte do seu território para a criação do município de Marabá. Posteriormente, em 1923, ocorre sua extinção e anexação à Marabá. Contudo, em 1961, reconquista sua autonomia (TAVARES, 2008).

Dessa forma, o dinamismo gerado pela extração do caucho (assim como o látex, ele é utilizado na fabricação da borracha natural), foi responsável pela fundação de núcleos urbanos, com destaque à Marabá, situada na confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins, ponto estratégico à comercialização do produto (Emmi, 1999). Como explica Tavares (2008), o município de Marabá, emancipado em 1913, apresenta sua gênese associada ao Burgo do Itacaiúnas, fundado em 1892, cuja principal atividade era a extração do caucho.

Contudo, a partir de 1910, a extração do caucho entrou em declínio. Segundo Browder e Godfrey (2006), dois fatores podem ser elencados. Primeiro, a forma predatória como foi realizada a extração da seiva que resultou no desmatamento dos cauchais. Diferentemente do que ocorreu com a extração do látex da seringueira, no caso da seiva do caucho, era necessário a retirada das árvores. Segundo, devido a própria crise da economia gomífera em função da concorrência com a produção inglesa obtida no continente asiático, como revelam os autores:

A árvore produtora de látex mais comumente encontrada na área era conhecida como caucho (*Castilloa ulei*), e geralmente necessitava ser abatida para uma única extração do produto, ao contrário da seringueira (*Hevea brasilienses*), da qual se podia extrair o látex várias vezes. Com a exaustão local das árvores de caucho e a queda do preço da borracha após a Primeira Guerra Mundial, a produção de látex na região caiu dramaticamente (BROWDER; GODFREY, 2006, p.229).

Portanto, até a primeira década do século XX, o sudeste paraense apresentava o extrativismo do caucho como sua base econômica. Com a decadência da economia gomífera, a Amazônia conheceu um período de profunda estagnação econômica (GONÇALVES, 2001). Entretanto, Emmi (1999) destaca que essa estagnação não ocorreu de forma homogênea, uma vez que no sudeste paraense, na tentativa de atenuar as consequências da decadência da borracha, novas atividades econômicas foram impulsionadas, dentre elas o extrativismo da castanha-do-pará.

Convém lembrar que o extrativismo da castanha-do-pará já era realizado antes mesmo do caucho. Todavia, em razão da valorização da borracha no cenário mercado internacional, paulatinamente foi diminuindo a sua importância econômica. Entretanto, a partir da decadência da borracha, pode-se observar o revigoreamento do extrativismo da castanha-do-pará, como demonstra Velho (2009, p.44):

A queda posterior dos preços da borracha trará em sua esteira uma onda de decadência, seguida do ressurgimento da extração da castanha; especialmente, agora, no médio Tocantins, onde uma elite local de comerciantes manobrou habilmente, evitando o aparentemente inevitável. Assim fazendo, a relação se inverte, e a borracha terá preparado o caminho para a castanha, realizando, em condições de *boom*, uma acumulação que permite, a seguir, a exploração da castanha em um nível que provavelmente de outra maneira não seria possível. Marabá será o centro dessa produção, em detrimento, particularmente, do baixo Tocantins (VELHO, 2009, p.44).

O extrativismo da castanha-do-pará, tendo Marabá como principal polo, promoveu grandes alterações na estrutura espacial do sudeste do Pará. Na fase denominada por Emmi (1999) de “monopólio da exploração da castanha” a atividade econômica possibilitou a formação de uma sociedade local na qual os agentes do capital mercantil passaram a desempenhar o controle econômico tanto do lucro quanto da força de trabalho nos castanhais, o que proporcionou requisitos para o exercício do domínio político local.

Entretanto, a partir da década de 1950, em razão da redução do preço da castanha-do-pará no mercado mundial, gradativamente o sudeste paraense passa a ter um novo perfil econômico agora associado à agricultura, pecuária e exploração mineral, atividades que ganham força a partir da integração ao restante do território brasileiro por meio das rodovias. Em função disso, de acordo com Emmi (1999), observamos o declínio do poder político dos grupos oligárquicos ligados à castanha e a vinda de novos agentes econômicos.

### **Novas estruturas técnicas e organizacionais**

Até as primeiras décadas do século XX, as diversas regiões do Brasil pouco mantinham relações entre si. Comumente, a expressão “arquipélago econômico” é utilizada para se reportar à organização espacial que vigorava no país marcada por frágeis ligações inter-regionais. Isto posto, observamos que as economias regionais permaneceram pouco conectadas e estruturavam-se com grande autonomia política e econômica (SCARLATO, 2005).

Na década de 1930, com a chegada de Getúlio Dorneles Vargas (1930-1945 e 1951-1954) à presidência da República, intensificam-se as ações para a criação de um mercado nacional unificado capaz de romper com o relativo isolamento das regiões,

com reflexos diretos no território amazônico. Como bem contextualiza Scarlato (2005), entre 1930 e 1956, a política econômica governamental caracterizou-se por uma estratégia de criação de empresas estatais de bens de capital e infraestrutura que, posteriormente, deram suporte ao desenvolvimento de outras iniciativas econômicas.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), criada em 1942 voltada à extração mineral; a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada em Volta Redonda no Rio de Janeiro para fabricação do aço; a criação da Petrobras em 1953, focada na prospecção e transformação de combustíveis fósseis; a Fábrica Nacional de Motores (FNM), inaugurada em 1946 em Duque de Caxias, responsável pela fabricação de máquinas e motores, foram os principais símbolos desse período (Scarlato, 2005).

Como destaca Luca (2001), para a implantação desses setores industriais era imprescindível um vultoso investimento inicial, logo, não despertava grande interesse ao capital privado, tanto nacional, quanto estrangeiro, uma vez que o retorno econômico ocorre em longo prazo. Na visão da autora, isso explica porquê, inicialmente, o próprio Estado ter efetuado esses investimentos.

Em relação à Amazônia, Vargas visitou pessoalmente a região em 1940 a fim de legitimar o Estado Novo perante à população local. Conforme aponta Andrade (2015, p.163), houve uma intensa divulgação da visita presidencial às cidades de Belém e Manaus, na qual “uma palavra de ordem nos textos foi a superação da ‘Amazônia ilusória’ e do ‘Inferno Verde’”, expressões que remetiam a espaço lendário, desprovido de civilização. Essa mística simplista e alheia à diversidade regional, esteve no cerne das políticas elaboradas para a região.

Na década seguinte, pela Lei 1.806 de 1953, houve a criação do primeiro órgão de planejamento regional do país, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), antecessora da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e responsável pela criação do conceito de Amazônia Legal. Como sugere Becker (2001, p.136), a SPVEA simbolizou a ação do Estado na Amazônia, já que o órgão estava vinculado diretamente ao Gabinete da Presidência da República.

Ainda na década de 1950, de acordo com Trindade e Oliveira (2014), por meio do Programa de Emergência da SPVEA, o governo federal apontava a presença de

recursos minerais na Amazônia, iniciando as pesquisas sobre o potencial geológico da região. Contudo, excetuando o Projeto do Manganês na Serra do Navio (AP) desenvolvido pela ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios), a exploração industrial dos recursos naturais foi intensificada a partir da década de 1970 (TRINDADE; OLIVEIRA, 2014; MONTEIRO, 2005).

### **E chegam as rodovias**

Como releva Meirelles Filho (2006), a história recente da Amazônia, a partir da segunda metade do século XX, possui como marco a criação das rodovias. Até então, as atividades desenvolvidas estavam pautadas no aproveitamento dos recursos naturais com poucos impactos ao meio ambiente, cenário intensamente modificado com a implantação dos novos eixos de circulação que, conseqüentemente, converteram-se em eixos da penetração do capital. Ao abordar as conseqüências econômicas, sociais e ambientais das rodovias, Ab'Saber (2012, p.74) descreveu:

As rodovias levaram a uma estrutura caótica de ocupação das áreas agropecuárias em todas as partes; loteamentos de espaços silvestres, sob o título de projetos de colonização, na forma de “espinhela de peixe”, ausência de extensão administrativa; empirismo e desajuste no manejo dos espaços conquistados por derrubadas e queimadas; total desconhecimento da conseqüência ecológica dos solos e atividades agrárias; eventuais desperenizações da drenagem das cabeceiras de igarapés, nas margens de estradas localizadas em interflúvios ou “trechos secos”; invasões de reservas indígenas; conflitos entre os recém-chegados pelos “centros” (interflúvios) e pelos grupos humanos tradicionais, habitantes da beira de igarapés (seringueiros, castanheiros, beiradeiros); mandonismo dos proprietários absenteístas, socialmente insensíveis e politicamente poderosos; multiplicação de madeireiras em busca de essências nobres, violentando as florestas a partir das bordas de matas voltadas para as rodovias; ramais, sub-ramais a trilhas do tipo espinhela de peixe; conflitos entre posseiros e índios, entre fazendeiros e posseiros; desrespeito aos direitos históricos dos seringueiros colados em sítios da beira de igarapés e riozinhos, na forma de ilhotas de humanidade (AB'SABER, 2012, p.74).

Análise semelhante foi desenvolvida por Becker (1994, p.58), quando discorreu:

Até a abertura das primeiras estradas, no final da década de 1950, quebrando o isolamento físico da Amazônia em relação ao restante do Brasil, as terras da região valiam muito mais pelo seu uso do que como mercadoria. A esmagadora maioria dos detentores de propriedades rurais estava interessada exclusivamente no aproveitamento da floresta, coletando seus frutos, essências, resinas e seivas (BECKER, 1994, p.58).



Nesse contexto, como explica Scarlato (2005), até então o Estado havia priorizado os investimentos no setor de bens de produção como a siderurgia e a extração mineral. Posteriormente, houve um redirecionamento dos investimentos estatais para a fabricação de bens de consumo duráveis, associado à penetração do capital internacional, mudança que atingiu seu apogeu no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

No início da gestão de Juscelino Kubitschek, houve o lançamento do Plano de Metas, cujo *slogan* era “Crescer 50 anos em 5”, sendo responsável, dentre outros pontos, pela transferência da capital federal à porção central do território brasileiro (VESENTINI, 1986). O plano previa trinta e uma metas que abrangiam os setores de educação, indústria, alimentação e, principalmente, energia e transporte, os quais somados, representavam mais de 70% do capital investido (SCARLATO, 2005).

Vesentini (1986) demonstra que a nova capital federal foi construída em uma velocidade surpreendente sendo acompanhada pela implantação de grandes eixos rodoviários, que, na visão governamental, seriam fundamentais à integração do território brasileiro. A rodovia Belém-Brasília (BR-010)<sup>3</sup>, tornou-se o maior expoente desse contexto e foi capaz de promover a ligação terrestre inicial entre o Centro-Sul e a Amazônia. No caso específico, ela foi concebida e executada pela Comissão Executiva da Belém-Brasília (RODOBRAS), órgão subordinado à SPVEA.

O eixo rodoviário converteu-se no grande indutor do avanço agropastoril e, por conseguinte, da degradação ambiental em sua área de influência direta, como descreveu Ab’Saber (2012). Além desses aspectos, a rodovia possibilitou a entrada de produtos extrarregionais industrializados que concorreram com a incipiente produção manufatureira amazônica. Assim, como explica Loureiro (2015), houve a desestruturação da econômica local, sobretudo dos setores de bens de consumo não-duráveis, uma vez que a produção local não teve condições de competir com os produtos fabricados no Centro-Sul, os quais apresentavam qualidade superior e preço mais competitivo.

---

<sup>3</sup> Também conhecida como Bernardo Sayão, em homenagem ao principal engenheiro responsável pela obra, a BR-010 é uma rodovia federal, com cerca de 2.700 quilômetros, inaugurada em 1966. Ela se converteu em um dos principais marcos da integração do território nacional (ANDRADE, 2015).

Ademais, outra importante consequência para a Amazônia foi a conversão da terra em valor de uso para valor de troca. Diversos grupos empresariais adquiriram porções territoriais, como especuladores e revendedores de terra, iniciando o que Paraguassu (*apud* LOUREIRO; PINTO, 2005, p.98) denominou de “patologia fundiária no estado do Pará”, sintetizados pela enorme concentração de terras, grilagem e, como efeito, a intensificação dos conflitos agrários.

### NOVO CICLO DE DEVASSAMENTO

A partir da crescente intervenção estatal no território vislumbrou-se a ocupação recente da Amazônia. Ao analisar esse processo Machado (1997) utiliza a expressão “controle intermitente” para se referir ao poder diretivo e repressor sobre o território, historicamente associado a um poder externo vinculado ao contexto geopolítico. Nesse raciocínio, em determinados momentos da história, observamos um maior controle sobre o território amazônico, exatamente nas conjunturas de maior centralização política.

Imbuída desse pensamento, Becker (2001) indica que o planejamento regional efetivo da Amazônia ocorreu no período da ditadura civil militar entre 1964 e 1985. Nessa época, o Estado iniciou um “novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e do território nacionais” (BECKER, 2001, p. 137). Em obra anterior, a autora já havia destacado essa importância:

A ocupação da Amazônia se torna prioridade máxima após o golpe de 1964, quando, fundamentado na doutrina de segurança nacional, o objetivo básico do governo militar, torna-se a criação de um projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão-de-obra, sob forte controle social (BECKER, 1994, p. 12).

Nessa lógica, a integração da Amazônia foi concebida pelo governo federal como prioritária por razões externas e internas. A ideologia formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG) partia de um pressuposto totalmente equivocado pelo qual a Amazônia seria uma espécie de “vazio territorial”, pelo qual buscava-se justificar as

ações arbitrárias e centralizadoras do Estado. Sobre esse aspecto, assim discorreu Loureiro (2015):

Os planos, programas e projetos feitos pelo governo federal na época da ditadura referiam-se à Amazônia como uma terra sem gente, uma “terra sem homens”. Isto é, eles consideravam que nas florestas e nas beiras dos rios não morava ninguém – índios, caboclos, naturais da região não importavam. Eram invisibilizados, como se não existissem (LOUREIRO, 2015, p. 181).

Como bem ressaltado pela autora, as ações governamentais para a Amazônia a partir da segunda metade do século XX, não foram realizadas por um imperativo social, mas para satisfazer a lógica do capital e atender demandas externas. Nessa mesma linha, Santos (1986, p.30) reafirma que os “processos de ocupação da Amazônia têm apresentado, como característica marcante, o fato de serem orientados de fora para dentro, tendo como objetivo a resolução de problemas alheios à realidade regional”. Desse modo, a ocupação da região de Carajás não ocorreu ao acaso, constituindo-se como resultado da incorporação de um país periférico à economia mundial, como destacaremos a seguir.

### **Discutindo as razões da Integração**

Como bem adverte Becker (1994, p.11), a fronteira amazônica somente pode ser compreendida “a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global do pós-Segunda Guerra Mundial”. Ancorado na ação governamental, a integração da região refletia o caráter geopolítico através da preocupação militar com a integridade territorial e a manutenção da soberania nacional.

Igualmente, Cardoso e Müller (2008, p.1) analisam a incorporação do espaço amazônico à economia brasileira e mundial como parte do processo de expansão do capitalismo. Segundo os autores, “como o capital nada mais é do que uma relação social, a expansão do capitalismo na Amazônia depende da forma concreta que aquela relação social assume”. Ao analisar esse processo, os autores discorreram:

O caráter autoritário do Estado que promove o atual devassamento não deve ser visto, entretanto, como pressuposto necessário para a incorporação da Amazônia à economia nacional. Ele emergiu da resolução de impasses políticos nucleados em outras áreas do país. Na medida em que o espaço e os interesses amazônicos se integraram ao desenvolvimento nacional o

autoritarismo colocou-se como ponto de partida do atual perfil da ocupação da Amazônia (CARDOSO; MÜLLER, 2008, p.2).

Pautado nessas ponderações, Pinto (1982) aborda que o ano de 1966 marca o início de uma nova etapa das ações governamentais à exploração econômica regional. A “Operação Amazônica”, iniciada no governo do General Humberto Castelo Branco (1964-1967), instigou ações públicas e privadas que, de acordo com Kohlhepp (2002, p.40), objetivava “mostrar a habilidade do novo sistema político em levar adiante o desenvolvimento como uma potência-líder do terceiro mundo”.

A partir dessa operação, a região foi concebida como centro de concessão de incentivos e isenções. De acordo com Brito (1998), a expansão capitalista na Amazônia ocorreu, nesse momento, pautada em três estruturas básicas: a criação de grandes projetos de mineração, a efetivação de um polo industrial na Amazônia ocidental e o avanço da agropecuária e atividade madeireira.

Essas três estruturas, ainda que fossem implantadas em uma região com condições físicas desditosas e graves entraves logísticos, foi beneficiada por inúmeras estratégias governamentais para efetivar esse ambicioso projeto geopolítico e econômico, sendo responsáveis pela implantação do que Becker (1994) denominou de dupla malha de controle do Estado sobre a Amazônia: técnico e político.

As medidas com caráter técnico, objetivavam a integração física da região por meio da melhoria da infraestrutura pelas redes de integração espacial. Becker (1994) elenca quatro grandes redes: a) a rodoviária, expandida pela Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163); b) a de comunicações, que difunde a televisão e a telefonia, o que contribuiu à gestão e a tomada de decisões de forma extra-regional; c) a energética, a fim dar suporte ao crescimento industrial materializada pela construção de usinas hidrelétricas como a de Tucuruí no rio Tocantins; d) urbana, *locus* da atuação das instituições públicas e privadas.

As iniciativas de caráter político, por sua vez, buscavam centralizar nas mãos da União o controle do território amazônico. Assim, houve a superposição de territórios federais sobre os estaduais por meio de normas e decretos, pelos quais foi transferido à União a jurisdição absoluta e/ou o direito de propriedade. O exemplo mais expressivo dessas alterações foi o Decreto 1.164 de 1971, pelo qual o “governo

determinou que uma faixa de 100 km de ambos os lados de toda estrada federal pertencia à esfera pública” com intuito de implantar projetos de colonização com migrantes, sobretudo do Nordeste (BECKER, 1994, p.18).

Nesse cenário, em 1966, o Banco de Crédito da Borracha foi substituído pelo Banco da Amazônia (BASA), enquanto que a SPVEA foi transformada em SUDAM. Na mesma conjuntura, em 1967, foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) a fim de estimular a produção industrial na Amazônia Ocidental. Com essas medidas, o Estado brasileiro assumiu a gestão desse novo ciclo de devassamento do território (BECKER, 2001).

Externamente, a integração estava associada à inclusão dos países periféricos na reestruturação em âmbito global daquilo que Becker (1994, p. 12) denominou de “vetor científico-tecnológico”, ou seja, no novo padrão de desenvolvimento tecnológico com influência direta nas relações econômicas, sociais e políticas entre os diferentes lugares. Logo, a Amazônia adquire posição central perante às predileções geopolíticas e econômicas das demandas mundiais.

Nesse contexto, os países centrais vivenciavam a terceira revolução industrial, também denominada de revolução científica e tecnológica, nas quais os novos setores industriais (robótica, informática, telecomunicações) tornaram-se prioritários. Gradativamente, como destaca Loureiro (2015), os países centrais transferiram para países subdesenvolvidos setores industriais considerados tecnologicamente ultrapassados e com grande consumo de matérias primas e energia, do qual a siderurgia e a metalurgia são os exemplos mais evidentes, sobretudo após o primeiro choque do petróleo em 1973.

Ainda nessa perspectiva externa, Castells (1999) chama a atenção para uma nova economia pautada na informação, na globalização e no funcionamento em rede. Segundo o autor, as principais atividades produtivas, a circulação e o consumo, tal como seus componentes mais importantes como o capital, trabalho e matérias-primas, organizam-se em âmbito mundial através das conexões entre os agentes econômicos.

Na compreensão de Pinto (1982), as novas diretrizes estabelecidas pela revolução da tecnologia da informação disponibilizaram as bases materiais à sua

efetivação dos grandes projetos mineradores na Amazônia. Nesse cenário, a região tem seu reforçado seu papel de fornecedora de matérias-primas e/ou de produtos semielaborados em âmbito global a fim de satisfazer as novas necessidades do capital internacional, ávido por *commodities* com preços baixos.

Frente às novas diretrizes econômica e tecnológica, a Amazônia se apresenta como espaço excepcional às grandes corporações empresariais. Possui, antes de tudo, a relativa facilidade de controle de grandes áreas o que, na prática, possibilita a implantação de projetos multissetoriais e novas infraestruturas com velocidade surpreendente, ampliando mercados produtivos e financeiros (BECKER, 1994).

Internamente, a região foi delineada para amenizar os graves e históricos conflitos pela posse da terra nas demais regiões do país, em especial do Nordeste. A ampliação das tensões sociais em decorrência da enorme concentração fundiária, culminou com a elaboração de projetos de colonização dirigida ao longo das recém criadas rodovias com intuito de assentar nordestinos sem terras. Assim, a Amazônia foi concebida como válvula de escape aos conflitos sociais, como “alternativa à reforma agrária”, nas palavras de Kohlhepp (2002).

Aliado a isso, através de uma intrínseca relação entre corporações privadas, Estado e empresas públicas, a Amazônia foi integrada ao sistema capitalista internacional. Grandes empresas passaram a investir na região sob tutela e estímulo do Estado, o que desencadeou vias de acumulação primitiva beneficiadas por incentivos fiscais que contribuíram à circulação das mercadorias amazônicas em âmbito global, precipuamente os recursos minerais (GONÇALVES, 2001). Essas razões revelam que as iniciativas de integração não se vinculavam a um projeto de desenvolvimento nacional dirigido pelo interesse social. De maneira oposta, a estrutura econômica voltava-se ao mercado internacional e dependente do capital financeiro externo.

Como reforça Furtado (2000), o desenvolvimento deveria ser constituído por processos de adaptação das estruturas sociais a partir da expansão das possibilidades abertas aos sujeitos, de forma que esse desenvolvimento demandaria um projeto de autotransformação da sociedade com a intervenção do Estado para promover um conjunto de melhorias socioeconômicas e, não apenas, o aumento da oferta de

recursos e de bens ou de acumulação de capital, o que, infelizmente, do ponto de vista histórico ocorreu na Amazônia.

Portanto, conjuntamente, essas razões externas e internas procuraram legitimar as iniciativas de integração da região, identificadas claramente na propaganda governamental oficial a fim de subsidiar a ocupação de terras.

O quadro 1, traz uma síntese das principais estratégias de integração da Amazônia Oriental nas últimas décadas.

Quadra 1: Síntese das estratégias de integração da Amazônia Oriental a partir da segunda metade do século XX

ANO	Ação / Evento	Objetivos
1953	SPVEA	Elaborar projetos a fim de valorizar economicamente a Amazônia.
1958	Rodovia Belém - Brasília	Articular, do ponto de vista físico, o leste da Amazônia ao restante do Brasil.
1966	SUDAM	Aprovar, coordenar e supervisionar projetos para a Amazônia Legal.
1967	Descoberta de Carajás	Em julho de 1967, o geólogo Breno Augusto dos Santos, coordenou uma expedição a fim de encontrar manganês, mas descobriu-se os depósitos de ferro em Carajás.
1970	PIN	Ampliar a rede rodoviária da Amazônia, sendo responsável pela abertura da Transamazônica (BR-230) e da Cuiabá-Santarém (BR-163).
1970	INCRA	Executar a distribuição de terras ao longo dos principais eixos rodoviários.
1970	Projeto Radam	Realizar o levantamento dos recursos do solo e do subsolo da Amazônia, com o auxílio de um avião equipado com radar e instrumentos específicos.
1972	I PND	Reforçou o projeto desenvolvimentista do Regime Militar (1964-1985) com objetivo de preparar a infraestrutura necessária ao crescimento do país.
1973	ELETRONORTE	Mapear e explorar o potencial hidrelétrico das bacias hidrográficas da região Norte.
1974	II PND	Reforço à visão da Amazônia como fronteira de recursos a ser explorada.
1974	Polamazônia	Criar 15 polos agrícolas e minerais de mineração que permitissem a concentração de capitais a fim de formar novos espaços de desenvolvimento.
1980	PGC	Realizar a exploração integrada da Província Mineral Carajás (ferro, ouro, estanho, bauxita, manganês, níquel e cobre e minérios raros), além da produção agrícola e geração elétrica.
1982	Parauapebas e Rio Verde	Inicia a construção da infraestrutura de Parauapebas e do povoado de Rio Verde.
1988	Emancipação de Parauapebas	Criado em função da extração mineral na Serra dos Carajás para servir de base à construção da ferrovia de Carajás e atividades afins.

Fonte: Organizado pelo autor. Adaptado de Becker (1994) e Ab'Saber (2004).

### Grandes Projetos Mineradores

A mineração industrial na Amazônia tem início na década de 1950 com a extração no Manganês na Serra do Navio no estado do Amapá e, por cerca de vinte

anos, permaneceu com a única atividade dessa natureza na Amazônia Legal. Esse panorama foi alterado com as iniciativas dos governos militares fruto da convergência de interesses externos e internos consubstanciados pela ideologia de doutrina de segurança nacional. Juntos, esses interesses repercutiram em uma política audaciosa de benefícios creditícios, fiscais e logísticos em prol das empresas minero-metalúrgicas (MONTEIRO, 2005).

Em 1974, durante o governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), o Brasil sentiu os duros efeitos do primeiro choque do petróleo de 1973. As instituições financeiras norte-americanas elevaram as taxas de juros no mercado internacional. Dessa forma, os juros dos empréstimos internacionais contraídos anos antes, aumentaram de forma significativa, além de prejudicar a balança de pagamentos do país (LUCA, 2001). Nesse cenário econômico tenebroso, o governo federal passou a enxergar os recursos naturais da Amazônia como a solução aos crônicos problemas financeiros do Brasil (LOUREIRO, 2015).

Em função do baixo crescimento econômico e das alterações no cenário internacional, inicia-se o que Castro e Souza (1985) denominaram de “Economia em Marcha Forçada”, ou seja, foram implantados novos projetos na Amazônia para suprir a demanda internacional sem a devida preocupação com os reflexos na escala local. Assim, para acelerar a realização dos empreendimentos exportadores, foi criado, em 1974, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia). O programa foi responsável pela identificação de 15 polos de desenvolvimento (inspirados na teoria dos “polos de crescimento” do francês François Perroux).

Concebido com o objetivo de impulsionar o aproveitamento das potencialidades agropecuárias, agroindustriais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia, por meio da criação de polos que auferiram créditos e subsídios fiscais à efetivação dos projetos, ele iniciou uma nova etapa, uma vez que, a colonização dirigida, centrada no pequeno produtor (prioridade no governo Médici com os projetos de colonização ao longo da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém), foi substituída pela atuação de grandes corporações nacionais e internacionais ligadas à pecuária, agricultura e mineração.



Na visão de Kohlhepp (2002), a noção dos polos de crescimento foi mal executada pois, no lugar da "concentração descentralizada" apresentada na teoria de Perroux, na prática, houve um aumento das disparidades de desenvolvimento no interior da região. O autor destaca que no lugar "polos de crescimento com impulsos de desenvolvimento irradiantes, surgiram enclaves, mantidos artificialmente" (KOHLHEPP, 2002, p.41).

Porém, mesmo com os problemas em sua concepção, a atuação de grandes empresas estatais e/ou estrangeiras, fruto da ambivalência e multiplicidade socioeconômica do Brasil, impulsionou a extração industrial dos recursos naturais da Amazônia e foi responsável por uma nova fase da expansão da fronteira. Nesse contexto, insere-se a produção do espaço dos grandes projetos (BECKER, 1994).

De acordo com Becker (1994), os grandes projetos minerais caracterizam-se por:

1- Pela escala gigante de construção, da mobilização de capital e de mão-de-obra; 2 - pelo isolamento, implantando-se geralmente como enclaves, dissociados das forças locais; 3 - pela conexão com sistemas econômicos mais amplos, de escala planetária, de que são parte integrante; 4 - pela presença de núcleos urbanos espontâneos ao lado do planejado, expressão da segmentação da força de trabalho, qualificada/não qualificada (BECKER, 1994; p.63-64).

### **O Programa Grande Carajás (PGC)**

A partir do final da década de 1960, com a descoberta dos depósitos ferríferos em Carajás, tem início uma gama de pesquisas geológicas que, segundo Freitas (1986, p.22), "variaram desde o fator sorte até aspectos ligados a técnicas de fotointerpretação, geoquímica dos solos e reconhecimento geológico". Estas pesquisas comprovaram a existência de diversos recursos minerais como manganês, cobre, níquel e ouro que, posteriormente, seriam intensamente explorados.

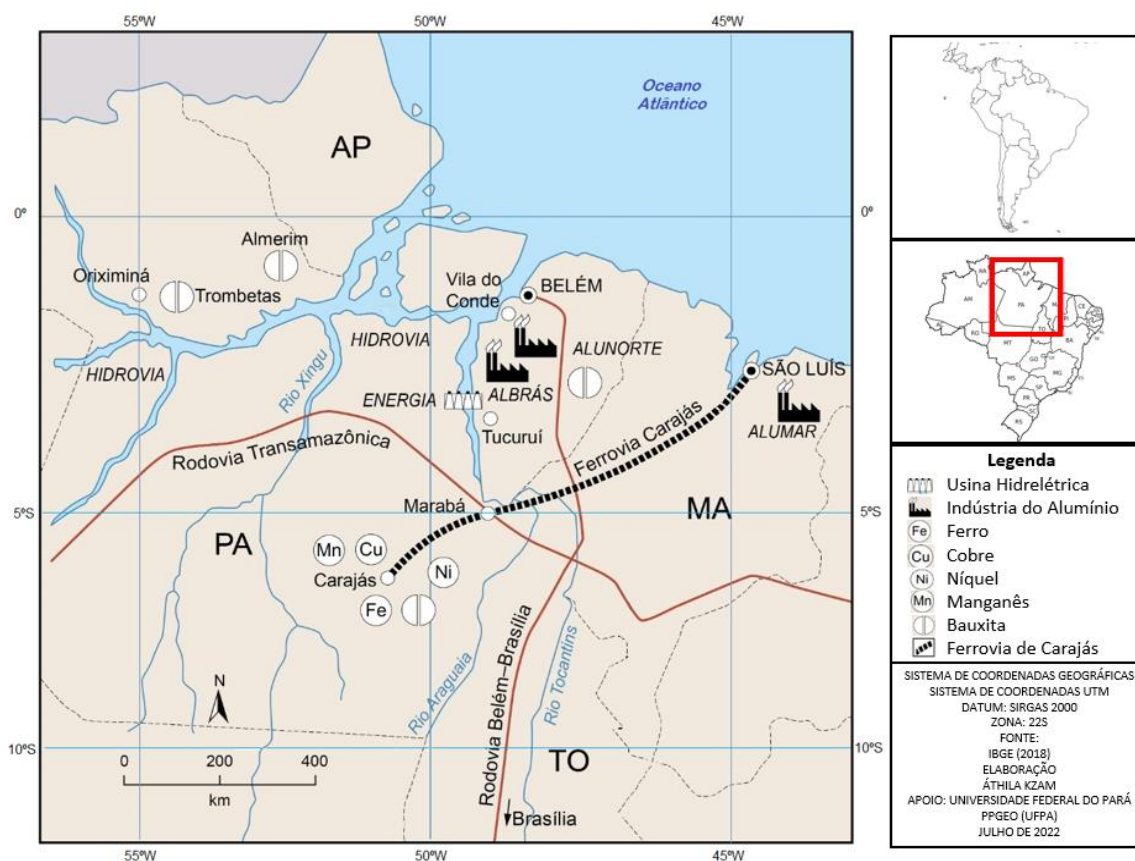
O Programa Grande Carajás (PGC) foi lançado pelo governo brasileiro por meio do Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980 a fim de efetivar a exploração integrada dos recursos naturais da Amazônia Oriental, em especial da Província Mineralógica de Carajás (uma das mais ricas do globo). Na época, como anunciado pelo governo federal, a estimativa da vida útil das reservas de ferro era de cerca de 500 anos (PINTO, 1982).

## Formação social e econômica do sudeste do Pará Áthila Kzam

Quando da efetivação do programa, foi criada uma instância governamental guiada por um conselho interministerial, cujo objetivo era integrar diversas atividades econômicas para uma região considerada esquecida e atrasada sob o ponto e vista da modernização capitalista. Assim, o PGC não estava restrito à mineração, uma vez que projetos agropecuários e madeireiros foram estimulados.

A área de abrangência do Programa Grande Carajás engloba um território de cerca de 900 mil<sup>2</sup> (correspondente a 10% do território brasileiro e equivalente ao território da Venezuela), como destacados no mapa 1.

Mapa 1: Área de influência e projetos que compõem o PGC



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Becker (1994); Monteiro (2005); Coelho (2005); Valverde (1989).

Almeida Jr. (1986, p.14), traz uma visão geral acerca do programa.

- *Objetivo:* Criar condições para o desenvolvimento socioeconômico (planejado, integrado e acelerado) de uma área selecionada na Amazônia.

- *Empreendimentos:* (1) serviços de infraestrutura (com prioridade para: Ferrovia Serra de Carajás-São Luís; instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás; obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas; outros projetos concernentes à infraestrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás; e aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas. (2) Projetos que tenham por objetivo atividades de: pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais; agricultura, pecuária, pesca e agroindústrias; florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas. (3) Outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região.

De acordo com Monteiro (2005), o PGC também surgiu em função da necessidade do governo federal de acelerar a instalação e funcionamento de outros projetos minero-metalúrgicos. Assim, ele é uma tentativa de coordenar a execução de projetos já existentes e/ou em fase de implantação como a Albras (Alumínio Brasileiro) e a Alunorte (Alumina do Norte do Brasil), em Barcarena (PA); a usina hidrelétrica de Tucuruí e Alumar em São Luís (MA), como sintetiza a tabela 1.

Tabela 1: Projetos associados ao Programa Grande Carajás (PGC)

<b>Projetos</b> (distância aproximada de Belém)	<b>Município</b>	<b>Início das instalações do projeto / inauguração</b>	<b>Principal atividade</b>
Hidrelétrica de Tucuruí (300 km)	Tucuruí (PA)	1975 / 1984	Geração de energia hidrelétrica
Trombetas (800 km)	Oriximiná (PA)	1974 / 1979	Extração de bauxita
Albras / Alunorte* (30 km)	Barcarena (PA)	1980 / 1985	Produção de alumina e alumínio
Ferro-Carajás (800 km)	Parauapebas (PA)	1980 / 1985	Extração de minério de ferro
Alumar (570 km)	São Luís (MA)	1981 / 1985	Produção de alumina e alumínio

\* A inauguração da Alunorte ocorreu apenas em 1995 (MONTEIRO, 2005).

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Becker (1994); Monteiro (2005); Coelho (2005); Valverde (1989).

Dentre os projetos geridos pelo PGC, destaca-se o Ferro-Carajás. Proposto e controlado pela Vale, na época do lançamento uma empresa estatal, ele foi justificado pelo Estado brasileiro pela necessidade de implantar um projeto de escala nacional a fim de tentar abastecer o país com divisas para superar os efeitos da crise mundial e

consequente aumento do endividamento externo. Ou seja, constitui-se em mais uma ferramenta da modernização do território realizada por agentes extrarregionais, sem o conhecimento prévio da realidade amazônica, como claramente foi observado por Valverde (1989):

O Programa Grande Carajás foi concebido e administrado em Brasília, por uma comissão de ministros e seus assessores que se reuniam no Palácio do Planalto e provavelmente não conheciam a região, mas declaravam com exagerado otimismo que, investindo 62 bilhões de dólares em dez anos, o Brasil passaria a exportar minerais brutos ou semiacabados do distrito metalífero de Carajás, de modo a poder pagar o total de sua dívida externa (VALVERDE, 1989, p.22).

Para a mobilização dos recursos do PGC, o Estado amplia o uso de dois elementos: a superposição de um novo território e a implantação de novas redes. Assim, uma nova esfera de poder foi estabelecida em um território de cerca 900 mil km<sup>2</sup> no qual empresas públicas e privadas gozam de um regime especial de tributação a apoio financeiro. Além disso, um grande sistema de transportes, geração de energia e núcleos urbanos foram implantados para dar suporte ao projeto (PINTO, 1982).

O programa foi oficialmente extinto em 1991, como parte da ideologia neoliberal pautada na redução da intervenção direta do Estado na economia adotada a partir do governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992). Mesmo assim, ele permaneceu desempenhando influência em sua área de abrangência e alterou as paisagens e os modos de vida dos núcleos urbanos, povoados e grupos sociais tradicionais.

### **O PGC e as mudanças político-territoriais em sua área de influência**

A concepção homogeneizadora instituída pela malha programada do Estado não é total ou absoluta. A Amazônia não é homogênea e, na atualidade, é compelida a um acelerado processo de (re)estruturação responsável pela fragmentação do seu território em agrupamentos sub-regionais. Essa singularização reflete, ao mesmo tempo, a atuação do Estado e dos variados grupos sociais, ou seja, da prática social, mas também revela a disputa pelo poder político das elites locais (BECKER, 1994).

Convém ressaltar que após a promulgação da Constituição Federal de 1988 o papel dos governos regionais e locais na gestão do território foi ampliado. O contexto

de redemocratização transformou as diretrizes até então trilhadas pela sociedade nacional com a redefinição do papel institucional das várias escalas de poder e gestão, o que, na visão de Rocha (2014), favoreceu a criação de novos recortes políticos territoriais. Assim, o parágrafo 4º, do Art. 18 da Carta Magna estabelece:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas (BRASIL, 1988).

Em 1980, o estado do Pará apresentava 84 municípios. Atualmente, o estado possui 144, sendo que a maior parte dos novos recortes territoriais municipais surgiu entre 1988 e 1996, como resultado dos novos vetores de ocupação do território verificados a partir da década de 1970<sup>4</sup> (ROCHA, 2004). A abertura de grandes eixos rodoviários como a Transamazônica (BR-230), Cuiabá-Santarém (BR-163) e a PA-150, assim como a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí e projetos vinculados ao PGC foram concebidas como espaços preferenciais aos investimentos do planejamento estatal entre as décadas de 1970 e 1990.

Como destacado, o sudeste do estado do Pará foi intensamente modificado a partir da segunda metade do século XX. Novas frentes econômicas como a atividade madeireira, agropecuária e sobretudo a mineração (re)organizaram seu perfil produtivo, social e ambiental. (BECKER, 1994). As consequências político-territoriais dessas ações, em especial aquelas desencadeadas pelos projetos mineradores, estimulou a expansão demográfica e a fragmentação territorial que repercutiu na criação de vários municípios. O quadro 1, sintetiza a origem dos municípios que compõe a Região Imediata de Parauapebas.

Quadro 1: Origem dos municípios vinculados aos PGC

Município (*)	Data de Emancipação	Município de origem	Origem
Parauapebas	10/05/1988	Marabá	Criado em função da extração mineral na Serra dos Carajás para servir de base à construção da ferrovia de Carajás e atividades afins.

<sup>4</sup> Ao todo, entre 1982 e 1996, foram criados 59 municípios no estado do Pará, sendo que 55 deles foram emancipados entre 1988 e 1996 (TAVARES, 2008).

Canaã dos Carajás (68km)	05/10/1994	Parauapebas	Surgiu a partir do Assentamento Agrícola Carajás a fim de reduzir os conflitos agrários na área do “Bico do Papagaio”.
Eldorado dos Carajás (67km)	13/12/1991	Curionópolis	Originou-se de uma fazenda particular chamada gleba Abaeté. Na década de 1980, chegaram os primeiros colonos atraídos pela implantação do PFC e o garimpo de Serra Pelada.
Curionópolis (39km)	10/05/1988	Marabá	Desenvolveu-se como núcleo de apoio ao garimpo de Serra Pelada servindo de residência às mulheres e filhos dos garimpeiros.

(\*) Distância em relação à Parauapebas.

Fonte: Adaptado IBGE (2021) e Tavares (2008).

Concordamos com Becker (1994), ao defender que a redivisão municipal é consequência da relação dialética entre as malhas técnico-política (vinculada às grandes redes e territórios instituídos pelo Estado) e a sócio-política (associada ao território dos grupos sociais instalados na fronteira definindo seus territórios). Assim, conforme o potencial político e organizacional dos grupos sociais, a malha sócio-política e pode ser ratificada gerando novos recortes políticos municipais.

### Considerações finais

Inerente à categoria analítica da formação social e econômica, Santos (2005) destaca a inseparabilidade das noções de sociedade e de espaço, afirmando a necessidade de reuni-las em um conceito único, uma vez que o espaço geográfico é produto e condição da dinâmica socioespacial. Ancorados nessa perspectiva, procuramos compreender a formação social e econômica do sudeste paraense, no qual as atividades econômicas desenvolvidas imprimiram suas marcas na organização espacial.

Assim, o presente artigo buscou entender a intensificação da ocupação regional e o avanço das frentes econômicas com os novos agentes do capital, no qual o Programa Grande Carajás, foi um dos mais elementos mais expressivos que contribuíram para mudanças no sudeste paraense. Portanto, a presente análise possibilitou identificar que:

1. O controle e uso dos recursos naturais da região estão vinculados aos eventos históricos, associados a uma dupla escala (nacional e mundial), com influência direta na dinâmica local, o que ratifica a indissociabilidade entre a

história e a geografia e a necessidade de uma análise multiescalar para a compreensão das atuais formas e conteúdos do sudeste paraense.

2. As alterações espaciais foram processadas de forma heterogênea, ou seja, com intensidade e alcance espacial distintos, uma vez que estão relacionadas a um conjunto das ações, públicas e privadas, advindas da mineração, geração de energia e agropecuária com difusão diferenciada no território.

3. A transição democrática outorgou aos estados e municípios papel relevante no uso dos recursos naturais e ordenamento territorial, a fim de delinear as ações de forma a atender às expectativas da sociedade, em consonância com os aspectos físicos, ambientais e econômicos da região, o que contribuiu a emancipação municipal.

Desse modo, esses pontos conclusivos são cruciais ao entendimento das alterações no sudeste paraense nos quais os fenômenos sociais, econômicos e políticos estão associados aos eventos históricos, o que torna mais pertinente o entendimento da região e sua história.

## Referências

AB'SABER, A. **Os Domínios de Natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. 7.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia: do discurso à práxis**. 2ed. São Paulo: Edusp, 2004.

ALMEIDA JR., J. Uma realidade-desafio. In: ALMEIDA JR., J. (Org.). **Carajás**: desafio político, ecologia e desenvolvimento. Brasília: Editora Brasiliense, 1986.

ANDRADE, R. A Amazônia no pós-guerra e a construção da rodovia Belém-Brasília. **Muiraquitã**: Revista de Letras e Humanidades, Rio Branco, v.3, n.2, p.161-178, 2015.

BECKER, B. **Amazônia**. 3.ed. São Paulo: Ática, Princípios. 1994.

\_\_\_\_\_. Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v.6, n.12, p.135-159, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Urbe Amazônica**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 1988.

BRITO, D. A Sudam e a Crise Institucional do Desenvolvimento na Amazônia. **Paper do NAEA**, Belém, v.7 n.1, p.3-29, jul. 1998.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. 2ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

BROWDER, J. O; GODFREY, B. J. **Cidades da floresta**: urbanização desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2006.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

VALVERDE, O. **Grande Carajás**: planejamento da destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

COELHO, M. C. N., *et al.* Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.8, n.2, p.73-107, 2005.

FREITAS, M. Algumas considerações sobre a Região-Programa. In: ALMEIDA JR., J. (Org.). **Carajás**: desafio político, ecologia e desenvolvimento. Brasília: Editora Brasiliense, 1986.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.16, n.45. p.37-61, 2002.

LOUREIRO, V. R. **História da Amazônia**: do período da borracha aos dias atuais. Belém: Cultural Brasil, 2015.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.54, p.77-98, 2005.

LUCA, T. R. **Indústria e trabalho na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

MACHADO, L. O. O controle intermitente do território amazônico. **Revista Território**. Rio de Janeiro, v.1, n.2. p.19-32, 1997.

MALHEIRO, B. C. **O que Vale em Carajás?** Geografias de exceção e r-existências pelos caminhos do ferro na Amazônia. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2019.



MASSEY, D. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEIRELLES FILHO, J. **O Livro de Ouro da Amazônia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

MONTEIRO, M. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.53. p.187-207, 2005.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil Século XXI por uma nova regionalização?** Belo Horizonte: Editora C/Arte, p.112-122, 2004.

PINTO, L. F. **Carajás**: o ataque ao coração da Amazônia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

SANTOS, B. Recursos Minerais. In: ALMEIDA JR., J. (Org.). **Carajás**: desafio político, ecologia e desenvolvimento. Brasília: Editora Brasiliense, 1986.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SCARLATO, F. C. O espaço industrial brasileiro. In: ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

TAVARES, M. G. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, v.2, n.3, p.59-83, 2008.

TRINDADE, J. R.; OLIVEIRA, W. P.; SPVEA: O Estado na Crise do Desenvolvimento. In: TRINDADE, J. R. B. (org.) **Seis Décadas de Intervenção Estatal na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2014.

EMMI, M. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária**: um estudo do progresso de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 1986.

Recebido em 18 jul. 2022;  
aceito em 28 jul. 2022.